

A EDUCAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL REPUBLICANO: DA REDEMOCRATIZAÇÃO EM 1945 AO FIM DA DITADURA MILITAR

META

Pretendo com esta aula apresentar a consolidação do sistema educacional brasileiro na última metade do século XX, ressaltando, de um lado, a continuidade de determinados processos históricos e, de outro lado, as inovações que foram sendo incorporadas à Escola brasileira.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

- caracterizar as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira que vigoraram na segunda metade do século XX;
- analisar a dialética entre o público e o privado na História recente da Educação Brasileira;
- avaliar os efeitos das ingerências externas no Sistema Brasileiro de Educação.

PRÉ-REQUISITO

Para um bom aproveitamento nesta aula, você precisa dos conhecimentos obtidos na aula anterior e de noções básicas sobre a História do Brasil na segunda metade do século XX.



A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) define e regulariza o sistema de educação brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição (Fonte: <http://www.avercamp.com.br>).

INTRODUÇÃO

Estamos acostumados com a história política do Brasil após a Segunda Guerra Mundial. Um período caracterizado pelo populismo (1945-1964), seguido das duas décadas de ditadura militar (1964-1985) e depois a famosa redemocratização, a partir de 1985, são marcos muito fortes que tendem a polarizar a atenção. No entanto, do ponto de vista cultural e, especificamente da educação escolar, o país também assistiu a importantes transformações. Essas transformações culturais foram impulsionadas principalmente pelos modernos meios de comunicação e pela ação dos governos. Em 1922, o rádio foi introduzido no Brasil e contribuiu para consolidar uma identidade nacional por meio da divulgação de manifestações culturais como a música popular, o futebol e o carnaval. Em 1950, Assis Chateaubriand trouxe para o país a Televisão. A difusão da TV foi tomada como um imperativo de modernidade e esse meio de comunicação utilizado, a partir da década de 1960, para configurar definitivamente a feição moderna de nossa sociedade, fazendo emergir entre nós a famosa “cultura de massas”, cuja característica mais preponderante é o desaparecimento das fronteiras entre a cultura erudita e a cultura popular.



Assis Chateaubriand

Sob o influxo da ditadura militar, no período entre 1964 e 1985, ocorreu no Brasil uma “modernização autoritária”, destacando-se a consolidação dos dois grandes conglomerados que controlam os meios de comunicação no país: A TV Globo e a Editora Abril. Ortiz (2001). Dentro desse processo, a partir do final da década de 1960, a Telenovela transformou-se num produto cultural que haveria de exercer influência decisiva na constituição dos costumes diários e no modo de pensar da população em geral. Além disso, a televisão se transformou em instrumento decisivo no processo de globalização de ordens intensificado no final do século XX, por meio de sua contribuição para a mundialização da cultura.

Do ponto de vista da educação escolar, a criação e a consolidação de um sistema nacional de educação - pela primeira vez em nossa história - propiciaram condições para a ampliação da população escolarizada e melhoria da qualidade do ensino. Mas, o que quero dizer com a expressão “sistema nacional de educação”? Refiro-me à disposição legal que determinava a interligação e funcionamento harmônico dos três níveis de escolarização: o Primário, o Secundário e o Superior.

Por outro lado, a “cultura de massas”, ou melhor, a cultura produzida industrialmente para ser consumida por uma quantidade expressiva da população, passou a exercer uma influência cada vez maior sobre a educação escolar.

NECESSIDADES DE UM PAÍS REDEMOCRATIZADO

Após o fim do Estado Novo, em 1945, o Brasil precisava de um novo ordenamento jurídico uma vez que a Constituição de 1937 não correspondia mais às necessidades de um país redemocratizado. Em 1946 foi promulgada a quarta Constituição da República cuja principal característica foi assegurar as liberdades individuais. No artigo 5º, XV, d) reza que “compete à União: legislar sobre: diretrizes e bases da educação nacional”. Além disso, proíbe à União e aos Estados e municípios “lançar impostos sobre instituições de educação e de assistência social”, quando suas rendas forem integralmente aplicadas no país.



Página extraída de *'A juventude no Estado Novo'* (Fonte: <http://www.cpdoc.fgv.br>)

Uma novidade se encontra no Capítulo II, que trata da Educação e da Cultura, quando determina: “Anualmente, a União aplicará nunca menos de dez por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino”. Efetivamente foi uma grande conquista para a educação nacional. O texto constitu-

cional também faz referência ao “sistema federal de ensino” e aos “sistemas de ensino dos Estados”.

No entanto, chama a atenção quando a Constituição trata diretamente das questões que historicamente vinham dividindo os grupos de interesse no país. No artigo 168, parágrafo V afirma: “o ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável”. Tratava-se de uma cláusula de interesse dos católicos conservadores, uma vez que sendo o catolicismo a religião predominante no país, fatalmente, por meio deste dispositivo, teria condições de continuar sua obra de doutrinação a partir do sistema educacional.

AS LUTAS EM TORNO DA PRIMEIRA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

A luta ideológica entre liberais renovadores e privatistas conservadores recrudescer a partir de 1948, quando o então Ministro da Educação e Saúde Pública do Governo Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), Clemente Mariani (1900-1981), enviou à Câmara Federal um anteprojeto para as “diretrizes e bases da educação nacional”, conforme previa a Constituição de 1946, que tinha o objetivo de promover uma reforma geral da educação no Brasil.

Ao longo de treze anos debateu-se sobre a primeira “Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional”, sendo aprovada apenas em Dezembro de 1961, sob o número de Lei 4.024. A primeira grande questão que polarizou os interesses girou em torno da natureza da concepção de Estado que deveria inspirar a legislação: um Estado centralizado, conforme predominou no período de 1937 a 1945, ou um Estado federado e, portanto, descentralizado, conforme o espírito da Carta Magna de 1946. Esse debate refletia o período de transição pelo qual o país passava, de um regime ditatorial para uma democracia constitucional. Romanelli (1998).

Porém, em 1959, o Deputado pelo Rio de Janeiro, **Carlos Lacerda** (1914-1977), apresentou um substitutivo, ou seja, sugeriu alterações para o texto do Projeto da LDB que o modificou substancialmente. Assim, desviou o foco do debate em torno da questão da centralização ou não, para a questão da liberdade de ensino.

Nessas alterações, Carlos Lacerda propunha “a estimulação da iniciativa privada, considerando competência do Estado o suprimento de recursos técnicos e financeiros, a igualdade de condições das escolas oficiais e particulares e o veto ao monopólio do ensino estatal”. Aranha (1989, p.250). Obviamente essas propostas interessavam às escolas privadas e,



Carlos Lacerda

Jornalista e político brasileiro.

sobretudo, às congregações religiosas católicas que detinham a maior parcela das instituições e escolas secundárias do país.

A reação dos liberais se organizou em torno do movimento intitulado “Campanha em Defesa da Escola Pública”, cujo principal ponto de irradiação foi a Universidade de São Paulo, que forneceu os principais quadros para o combate: Florestan Fernandes, Fernando Azevedo, Fernando Henrique Cardoso, Laerte Ramos de Carvalho, Roque Spencer Maciel de Barros, além de figuras de destaque como Anísio Teixeira. Estes também apresentaram um substitutivo, muito parecido com o original, que foi apresentado à Câmara dos Deputados. Também em 1959, apresentaram o “Manifesto dos Educadores” assinado por 190 (cento e noventa) especialistas.

O fato é que quando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação foi sancionada, em 20 de Dezembro de 1961, pelo então Presidente da República João Goulart (1919-1976), representou uma solução de compromisso entre as duas correntes ideológicas e acabou desagradando a todos. A contribuição mais significativa dessa LDB foi o estabelecimento dos sistemas de ensino da União, dos Estados e do Distrito Federal, procurando articular os diversos graus e ramos de ensino. Foram tomadas, assim, medidas para a unificação e descentralização do sistema escolar no Brasil.

Uma consequência disto foi que “mediante aproveitamento de estudos, os alunos pudessem se transferir de um ramo a outro do ensino médio e, após concluir qualquer ramo desse nível de ensino, viessem a ter acesso, por meio do exame vestibular, a qualquer curso de nível superior.” Saviani (2005, p. 35).

Segundo Romanelli (1998, p. 257) a nossa primeira LDB “atendeu mais a interesses de ordem política do que a interesses sociais emergentes e, até mesmo, a interesses econômicos.”

Não podemos esquecer que a disputa em torno dessa primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional transcorreu durante um período de intensa mobilização política e cultural no Brasil e no mundo. Foi a época das primeiras batalhas da Guerra Fria, das campanhas nacionalistas, do desenvolvimentismo, do fortalecimento dos movimentos sociais, o campesinato e o sindicalismo urbano, além do início da contracultura. Em termos de cultura popular, o grande marco foi o movimento da Bossa Nova.

A divisão política entre progressistas, de esquerda, e conservadores, internacionalistas de direita, repercutia não somente na produção cultural mas, também, em termos educacionais. Em função dessa cisão, a UNE (União Nacional dos Estudantes), a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e alguns governos locais de esquerda organizaram movimentos para promover a cultura e a educação populares.

Dentre estes movimentos de educação das classes trabalhadoras, destacaram-se as iniciativas de **Paulo Freire** (1921-1997) que, apoiado por políticos do Nordeste, introduziu um novo método de alfabetização de



Paulo Freire

Educador brasileiro que se destacou por seu trabalho na área da educação popular, voltada tanto para a escolarização como para a formação da consciência. É considerado um dos pensadores mais notáveis na história da pedagogia mundial, tendo influenciado o movimento chamado pedagogia crítica.

adultos. Na época em que Miguel Arraes (1916-2005) foi Prefeito de Recife (PE), iniciou o “Movimento de Cultura Popular” e, em 1960, utilizou o “método Paulo Freire” para educar crianças e adultos. Em Natal, Rio Grande do Norte, o prefeito Djalma Maranhão (1915-1971) criou a campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler” e o Governador do Estado, Aluizio Alves (1921-2006), apoiou a utilização do método Paulo Freire para a alfabetização de adultos no município de Angicos, sua terra natal, entre Janeiro e Março de 1963, onde 300 (trezentos) trabalhadores do campo foram alfabetizados em 45 (quarenta e cinco) dias.

O sucesso alcançado por esse método de alfabetização no Nordeste fez com que o Presidente João Goulart, no início de 1964, adotasse um “Plano Nacional de Alfabetização”, coordenado por Paulo Freire, com o objetivo de alfabetizar dois milhões de pessoas. O advento da ditadura militar em 31 de Março de 1964 abortou o Plano Nacional de Alfabetização e Paulo Freire acabou preso e exilado do país.

A EDUCAÇÃO DURANTE A DITADURA MILITAR

Os acontecimentos políticos que culminaram com o Golpe Militar de Março de 1964 são bastante conhecidos e servem de pano de fundo para o entendimento da História da Educação no período. Porém, chamo sua atenção para o fato de que desde o Governo do Presidente Juscelino Kubitschek (1902-1976), no período entre 1956 e 1961, o Brasil perseguia a modernização de forma decisiva: o desenvolvimento tornou-se palavra de ordem. O ideal de modernidade foi consolidado a partir da construção de Brasília, inaugurada em 21 de Abril de 1960, e da introdução no país da indústria automobilística.

Por outro lado, a Revolução cubana de 1959 trouxe a atenção dos Estados Unidos para a América Latina. Assim, o governo estadunidense criou, em 1961, a “Aliança para o Progresso”, um instrumento do governo americano na luta contra o comunismo na região. A proposta do programa era promover o desenvolvimento econômico na América Latina, reduzir as taxas de analfabetismo e o déficit habitacional, aumentar o comércio entre os países do continente, estimular o crescimento da indústria e o intercâmbio cultural dos países latinos com os Estados Unidos. Nesse momento, para executar o programa da Aliança, foi criada a “Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional” (USAID).

Os militares que assumiram o poder no Brasil em 1964 promoveram vários acordos de cooperação entre o MEC (Ministério da Educação e Cultura) e a USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) para reformar a educação brasileira: Logo em 26 de Junho de 1964 foi assinado um acordo para o “Aperfeiçoamento do Ensino Primário”, com a assistência de assessores americanos; Em 31 de Março

de 1965, foi assinado um acordo para a melhoria do Ensino Médio; Em 29 de Dezembro de 1965 foi assinado um outro acordo sobre o ensino primário; Em 24 de Junho de 1966 foi assinado um acordo para o “Aperfeiçoamento do Quadro de Professores do Ensino Médio; em 30 de Junho de 1966 foi assinado um acordo de Assessoria para a Modernização da Administração Universitária; em 30 de Dezembro de 1966, vem um termo aditivo dos acordos para o aperfeiçoamento do Ensino Primário, desta feita procurava-se um melhor entrosamento desse nível de ensino com o secundário e o superior. Poderiam ser mencionados outros acordos realizados entre o MEC e a USAID, mas o objetivo explícito de todos era “modernizar” a educação brasileira.



Marcha da Família com Deus pela Liberdade, no Rio de Janeiro, em comemoração pela vitória do Golpe, no dia 02 de abril de 1964 (CPDOC/FGV/ R251 Fatos e Fotos Gente, vol.04, n.167/167, abr 1964).

Por intermédio desses acordos, a USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) poderia reformular todo o sistema de ensino brasileiro, desde o primário, passando pelo nível médio e chegando ao superior. Se entregava à influência americana não só o treinamento de nossos professores e administradores educacionais, mas também o controle do conteúdo do que deveria ser ensinado, por meio também de programas que previam a publicação de livros técnicos e didáticos.

Todos estes acordos demonstram que os governos militares consideravam a educação uma questão “técnica”, que seria equacionada utilizando-se de medidas burocráticas, despolitizadas, sob a orientação de

tecnocratas. O “tecnicismo” que passou a imperar nas questões educacionais se baseava numa visão de mundo que considerava os estudantes como “capital humano”, que deveria ser aperfeiçoado para garantir o desenvolvimento econômico do país.

Por outro lado, ficava bem evidente o caráter ideológico desses acordos, representando um esforço de penetração imperialista que procurava enfatizar as fraquezas de nosso sistema educacional, aliado a outros interesses de natureza política e econômica.

Além desta ação no sentido restrito da educação formal, escolar, os governos militares se propuseram o Projeto de “Integração Nacional” que significou, em última instância, o fortalecimento da chamada “indústria cultural”. A grande ferramenta para viabilizar este empreendimento foi a criação em Setembro de 1965 da EMBRATEL (Empresa Brasileira de Telecomunicações). Se, anteriormente, eu lhe falei da função cultural da telenovela, outros instrumentos de uma política cultural para as massas se consolidaram após o golpe de 1964, que foi o Telejornal da Rede Globo, a partir de 1965, e os Festivais de Música Popular Brasileira, a partir de 1967.



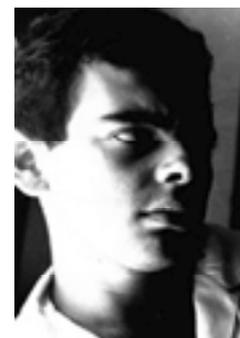
Discurso de Caetano Veloso durante a apresentação de “É Proibido Proibir”, em meio às vaias no III Festival Internacional da Canção (Fase Nacional), em 68 – TV Globo. (Fonte: <http://oanode1968.zip.net>).

Por outro lado, no final da década de 1960, iniciou-se o movimento cultural chamado “tropicalismo”. A partir da música de Caetano Veloso e Gilberto Gil, o movimento espalhou-se para outros setores da produção cultural e caracterizou-se por incorporar elementos estrangeiros numa fusão

com o tipicamente nacional, além de aspectos da contra-cultura. Com a decretação do Ato Institucional N° 5, em Dezembro de 1968, Caetano Veloso e Gilberto Gil acabam se exilando na Inglaterra.

Merece destaque também neste início de década, o chamado “cinema novo”, movimento cinematográfico que lutou contra a industrialização do cinema nacional, dando ênfase a uma produção calcada na realidade e no conteúdo. O lema adotado foi “uma câmera na mão e uma idéia na cabeça” e atraiu jovens cineastas, cuja principal figura foi **Glauber Rocha** (1938-1981). O objetivo era promover a discussão das grandes questões nacionais, por isso as temáticas se concentraram no problema do trabalhador rural e na miséria nordestina.

Penso que, através desta pequena incursão no universo cultural brasileiro da época, foi possível você perceber a cisão que a sociedade vivia, entre os que apoiavam o regime ditatorial, que procurava se legitimar a partir da cultura de massas, e uma gama de movimentos de contestação, incluindo alguns movimentos culturais que tinham um pé na contra-cultura, a qual é entendida aqui como uma recusa ao sistema e modo de vida dominante em determinada época. Além disso, na década de 1970, no auge da repressão dos militares, surgiu uma “cultura marginal”, caracterizada pela contestação e crítica política, cujo maior ícone foi o jornal “O Pasquim”.



Glauber de Andrade Rocha

Cineasta, ator e escritor brasileiro e também, um dos integrantes mais importantes do Cinema Novo, movimento iniciado no começo dos anos 1960.



O jornal *O Pasquim* marcou época, em plena ditadura foi um instrumento de combate a censura utilizando muito humor (Fonte: <http://www.partes.com.br>).

Neste sentido, não é possível falar da cultura e educação durante a segunda metade do século XX sem mencionar a mobilização que se inspirou na maior rebelião estudantil da História, o famoso Maio de 1968 em Paris, que repercutiu em todo o mundo. No Brasil, o movimento estudantil, que se politizara desde a década anterior, intensificou sua atuação atingindo seu ápice no dia 26 de Junho de 1968 com a “Passeata dos Cem Mil”, realizada no Rio de Janeiro, reunindo principalmente estudantes, intelectuais e artistas. O objetivo da marcha era protestar contra a repressão e a censura do governo e os esforços de privatização do Ensino Superior sob influência estadunidense.



Passeata dos 100 mil, Movimento Estudantil, no Rio de Janeiro (1968)

Também, no mesmo ano, em Ibiúna, interior paulista, a polícia invadiu o 30º Congresso da UNE (União Nacional dos Estudantes), entidade proscrita desde 1964, e prendeu mais de 400 estudantes. Em Dezembro de 1968, entrou em vigor o AI-5 (Ato Institucional nº 5) que suprimiu as liberdades democráticas e no ano seguinte foram proibidas as manifestações políticas dentro das Universidades.



Voz grave, pausada, o ministro da Justiça, Luís Ant3nio da Gama e Silva, na noite de 13 de dezembro de 1968, d3 conhecimento ao pa3s, por uma cadeia nacional de r3dio e televis3o, dos termos do Ato Institucional n. 5 e do Ato Complementar n. 38, que decreta o recesso do Congresso. O AI-5 confere poderes quase totais e absolutos ao Governo (Fonte: <http://br.geocities.com>).

Em função de tudo isso, o ano de 1968 foi palco de uma grande reforma universitária no Brasil. Ora, considerando que a Universidade era o maior foco de resistência ao regime militar, essa reforma que se consolidou por meio da Lei 5.540 de 28 de novembro, além de reformular a educação superior no país, visava minimizar as possibilidades de protesto.

Essa reforma universitária é responsável pela estruturação geral que ainda hoje apresenta o ensino superior no Brasil: a departamentalização das universidades, a matrícula por disciplinas em um curso parcelado, seguindo-se o regime de créditos, o acesso ao ensino superior através do vestibular unificado e classificatório, a criação da carreira docente incluindo a dedicação exclusiva ao magistério, uma nova política de pós-graduação e a indissociabilidade do ensino e da pesquisa.

Para fazer frente à nova situação do país, sob regime militar, foi elaborada uma nova Constituição, a de 1967. Como ficou então a antiga luta entre os representantes do interesse privado na educação e os liberais, que defendiam a escola pública? Bem, qual seria a tendência de um regime político que em sua constituição quando trata “Da Família, da Educação e da Cultura”, determina: “O casamento é indissolúvel”? Constituição de 1967, Título IV, Artigo 167 § 1º.



Constituição de 1967 (Fonte: <http://www.jblog.com.br>).

No que diz respeito à educação, fica clara a influência do setor privado e do catolicismo, uma vez que a Carta Magna determina: “o ensino é livre à iniciativa particular, a qual merecerá o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive Bolsas de Estudo” e prevê “o ensino religioso”, de matrícula facultativa, em disciplina dos horários normais das escolas oficiais de grau primário e médio. Também chama a atenção o estabelecimento dos sistemas de ensino, o Federal, com caráter supletivo e estendido a todo o país, e os sistemas estaduais.

Ainda em 1967, foi criado o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), que se destinava à alfabetização de jovens e adultos. Foi uma tentativa de reduzir drasticamente os índices de analfabetismo do país sob o impulso da idéia de “alfabetização funcional”, preparando o indivíduo para uma melhor inserção no mercado de trabalho.



Em 1972 a primeira turma de formandos do Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização de Adultos) de Rio Piracicaba desfilou pela principal rua da Cidade, sendo assistida por um grande número de populares (Fonte: <http://camararp.mg.gov.br>).

Mas, a confrontação político-ideológica e cultural entre as forças conservadoras de direita e os progressistas de esquerda, que perdurou durante o período da ditadura militar, não foi suficiente para impedir o desenvolvimento econômico do país numa fase de expansão do capitalismo industrial. No período entre 1968 e 1973, o Brasil viveu uma expansão econômica que ficou conhecida como “O Milagre Brasileiro”.

O crescimento econômico determinou um aumento da demanda por educação. Em 1970, a taxa de escolarização média no Brasil (Ensino Primário e Médio) era de apenas 53,72% da população e o índice de analfa-

betismo (15 anos ou mais) chegava a 33,1% da população. Evidentemente era necessário reformar a educação nacional e ampliar drasticamente o número de matrículas no sistema escolar.

Como sempre ocorreu no Brasil, novamente lançou-se mão do instrumento utilizado pelos governos para promover mudanças educacionais no país, a legislação. Em função desse ambiente é que foi sancionada a “Lei da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus”, nossa segunda LDB (Lei de Diretrizes e Bases), a Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971.

As mudanças introduzidas não foram poucas. Cunha (1999, p. 56) assim resumem as novidades da nova lei:

(...) Acabou com o exame de admissão ao ginásio, fundiu os diversos ramos do ginásio num só e o ligou, sem solução de continuidade, ao primário. Assim, a escolaridade obrigatória dos jovens de sete a 14 anos deixava de ficar restrita ao ensino primário. Dobrava o tempo de escolaridade obrigatória: de quatro para oito anos. O Brasil deixava assim de ter uma das mais baixas exigências de escolaridade obrigatória, para ter uma das mais altas do mundo.

Como você já percebeu, a educação foi estruturada para atender uma ideologia desenvolvimentista e às novas exigências do capitalismo industrial. Portanto, a Lei 5.692 de 1971 estabeleceu a profissionalização compulsória do ensino médio, numa relação direta da política educacional com a produção capitalista.

A idéia de preparar os egressos do Ensino Médio para o trabalho, além de atender à carência de técnicos também visava diminuir a pressão por vagas sobre o ensino superior. Procurou-se enfatizar o caráter terminal do Ensino Secundário. Assim, um maior número de pessoas deixaria o sistema escolar mais cedo. Acentuou-se o caráter discriminatório do ensino médio profissionalizante, uma vez que este destinava-se às camadas mais pobres. Em outras palavras, a nova legislação contribuiu para institucionalizar o dualismo educacional.

Fazendo um balanço do que efetivamente foi alcançado com esta segunda LDB, podemos concluir, no que diz respeito ao ensino inicial, que a exigência de uma maior escolarização foi algo positivo e que a estrutura adotada então de uma certa forma prevalece até hoje. Porém, no que diz respeito à política de profissionalização forçada do Ensino Médio, o fracasso da iniciativa foi patente. Inicialmente, devido aos altos custos desse tipo de escola (exigem oficinas, equipamentos e laboratórios), também em decorrência da defasagem entre o sistema educacional e o sistema ocupacional, pela falta de professores especializados e porque a demanda pelo ensino superior não diminuiu em função da ampliação da escola profissionalizante.

De um modo geral, a avaliação que os estudiosos fazem da educação brasileira durante o regime militar é negativa. Alguns manuais exibem em letras garrafais: “O fracasso da política educacional da ditadura”. Mas, não é possível negar que houve o crescimento no número de vagas nas escolas e também que aconteceu uma maior integração geral do sistema educacional desde o 1º Grau ao Superior.

De negativo mesmo, destacou-se a privatização crescente do ensino, com a criação indiscriminada de cursos superiores de baixa qualidade, a persistência dos elevados índices de analfabetismo, a diminuição relativa dos recursos aplicados à educação, a decadência da profissão docente com os salários aviltados e a formação inadequada, comprometendo a qualidade da educação.

CONCLUSÃO

Nesta aula, que versou sobre a educação neste importante período de nossa história, entre 1945 e 1985, me esforcei para não ressaltar a perspectiva mais óbvia, a dos acontecimentos políticos, como pano de fundo para entender a educação. Na realidade, procurei mostrar um complexo de fatores econômico-sociais e político-culturais influenciando a evolução da escola em nosso país.

Você já pode perceber que alguma coisa da estrutura educacional, conforme foi moldada durante a Ditadura Militar, ainda influenciou a sua própria trajetória pessoal. Assim, nos aproximamos de uma história da educação do tempo presente.

Por outro lado, o conceito de modernidade que temos trabalhado desde a análise da educação nos séculos XVIII e XIX, torna-se mais próximo de nossa vivência cotidiana e já podemos perceber o quanto ele é ambíguo, uma vez que tem sido o ideal nos vários períodos republicanos mas, de uma certa forma, continua sem ser atingido, sobretudo no que diz respeito às práticas metodológicas em sala de aula.

Outra percepção que gostaria de lhe sugerir é a retomada do enfoque amplo da educação, não meramente formal e comprometido com a história meramente escolar, mas também o esforço para ressaltar o papel de outras instâncias responsáveis pela formação.

RESUMO

Nesta aula, você aprendeu como a cultura e a educação caminharam paralelamente no processo de formação do povo brasileiro na segunda metade do século XX. Importantes processos culturais e o desenvolvimento de nosso sistema de educação contribuíram na formação da identidade nacional.

As disputas entre os dois tradicionais grupos ideológicos que combatem pela hegemonia sobre a educação nacional caracterizou sobretudo o período entre 1948 e 1961. A Adoção de duas Leis de Diretrizes e Bases da Educação nacional no período entre 1961 e 1971 deixou como saldo principal a constituição de um sistema nacional de educação.

A expansão quantitativa da educação no período estudado não correspondeu a uma efetiva melhora na qualidade do ensino e no papel de democratização da sociedade, como previa a ideologia liberal de educação.

Durante o período do populismo no Brasil, o gozo das liberdades democráticas resultou numa maior politização dos atores educacionais, com o desenvolvimento de movimentos de cultura popular e de uma metodologia para alfabetização de adultos sob inspiração ideológica marxista, o método Paulo Freire de Alfabetização.

Com o advento da Ditadura Militar, em Março de 1964, sob influência de um cenário internacional marcado pela Guerra Fria os movimentos populares e a classe estudantil foram reprimidos e os governos militares se esforçaram para imprimir a influência da ideologia estadunidense sobre a educação nacional, ao mesmo tempo em que trabalhavam na consolidação das estruturas técnicas para a implantação no Brasil de uma sociedade de consumo sob o influxo da chamada “cultura de massas”. Porém, manifestações culturais de resistência e o movimento estudantil não deixaram de se posicionar contra as intenções de manipulação ideológica do regime militar.

Em meio a esse panorama de conflito ideológico, político e cultural o regime militar por meio da reforma universitária de 1968 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1971, procurou reformular o sistema educacional brasileiro de acordo com sua visão tecnicista, baseada na teoria do capital humano, cujo principal objetivo era unir a educação aos interesses do sistema capitalista. Apesar das críticas ao que foi feito em termos de educação no período e da defesa do fracasso do projeto educacional dos militares, aconteceram algumas conquistas e muito do que foi estabelecido nesse período ainda hoje caracteriza a educação nacional.

ATIVIDADES

Faça uma pesquisa na Internet e procure demonstrar, em cada nível de ensino, como ocorreu a expansão da educação no Brasil durante o período republicano.

**COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES**

A urbanização e industrialização foram fatores determinantes no aumento da demanda por Educação no Brasil. Assim, sobretudo após 1930, os governos republicanos se viram forçados a promover o crescimento da oferta de vagas nas escolas. No entanto, o crescimento não foi equitativo e muito menos qualitativo. A taxa de escolarização da população em 1920 era de apenas 9%, em 1940 havia subido para 21,43% e em 1950 atingiu 26,15% da população. Isso demonstra um pouco o despertar para a necessidade de estender à escolarização. A atividade solicita que você demonstre o crescimento da educação no Brasil ao longo do século XX, especificando os três níveis de ensino. Minha sugestão é que você procure fontes oficiais, como o Site do INEP, para completar sua tarefa. Boa Sorte!

PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, vamos navegar por mares pouco navegados na História da Educação brasileira. Vamos nos dedicar a uma história da educação do tempo presente, tendo em vista que vou lhe apresentar a situação educacional do Brasil de 1985 até os dias de hoje.

**AUTO-AVALIAÇÃO**

Refleta assim: fiz uma leitura satisfatória do texto, a ponto de dizer que os objetivos propostos pelo professor-autor foram por mim alcançados? Pense também se houve, da sua parte, dedicação para cumprir a contento com as tarefas propostas. Em suma, responda em seu íntimo: Sou capaz de caracterizar as duas Leis de Diretrizes e Bases que regulamentaram a educação nacional na última metade do século XX? Consigo analisar como se deu, durante o século XX, a grande disputa em torno da educação nacional que opôs dois importantes grupos de interesses? Tenho condições de avaliar os efeitos da ingerência dos Estados Unidos na Educação brasileira durante o período da Ditadura Militar?



REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1989.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Constituição de 1946**. Brasília Centro de Documentação e Informação. Disponível em <<http://www2.camara.gov.br/legislacao/>>. Acesso em 19 Jan. 2009.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Constituição de 1967**. Brasília Centro de Documentação e Informação. Disponível em <<http://www2.camara.gov.br/legislacao/legin.html/textos/>>. Acesso 25 Jan. 2009.
- CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. **O golpe na educação**. 10 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1999.
- ORTIZ, Renato. Sociedade e cultura. In: SACHS, Ignacy ; WILLHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio (orga). **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil: 1930–1973**. 21 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- SAVIANI, Dermeval. A política educacional no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. **Histórias e memórias da educação no Brasil**, v. III: século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.